



**EDITAL 13/2026**  
**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 11/2026**

**Objeto:** Registro de Preços para prestação de serviços de manutenção de pneus e socorro veicular para a frota municipal.

**Valor total da contratação: R\$ 694.158,30**

**Data da sessão pública:** 23/04/2026, às 08 horas.

**Critério de julgamento:** Menor Preço

**Modo de disputa:** ABERTO

**Preferência ME/EPP/equiparadas:** Sim

**Fundamento legal:** Lei Federal nº 14.133, de 1º de Abril de 2021

**CLÓVIS PROVENSI ROMAN**, PREFEITO MUNICIPAL DE ARVOREZINHA, faz saber pelo presente EDITAL, que está aberta a Licitação modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO**, nos termos da Lei Federal nº 14.133, de 1º de Abril de 2021, da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, IN nº 73, de 2022 e, conforme o caso, Código Civil, do tipo Menor Preço, e que, às **08:00 DE 23 DE ABRIL DE 2026**, estará recebendo propostas e documentação para a licitação em destaque, **autorizada pelo processo Nº 61/2026**.

Maiores informações encontram-se à disposição dos interessados na Prefeitura Municipal de Arvorezinha/RS, na Rua Carlos Scheffer, nº 1020, ou pelo telefone (51) 3772-0300, ou ainda através do email [licitacao@arvorezinha.rs.gov.br](mailto:licitacao@arvorezinha.rs.gov.br)

As empresas que desejarem participar do referido PREGÃO devem acessar o site <https://www.portaldecompraspublicas.com.br/>

## 1. OBJETO

**1.1** - A presente licitação tem por objeto Registro de Preços para prestação de serviços de manutenção de pneus e socorro veicular para a frota municipal.

## 2. DIVULGAÇÃO DO EDITAL

**2.1** - Data/Hora limite para recebimento de propostas juntamente com os documentos de habilitação exigidos no edital: 23/04/2026, às 07:59.

**2.2** - Data/Hora da Abertura das Proposta: 23/04/2026, às 08 horas.

**2.3** - Data/Hora da Disputa: 23/04/2026, às 08 horas.

**2.4** - Endereço eletrônico para formalização de questionamentos e impugnações: [licita1@arvorezinha.rs.gov.br](mailto:licita1@arvorezinha.rs.gov.br) ou [licitacao@arvorezinha.rs.gov.br](mailto:licitacao@arvorezinha.rs.gov.br).

**2.5** - Sítio eletrônico da sessão: <https://www.portaldecompraspublicas.com.br/>

**2.6** - Todas as referências de tempo deste certame observarão obrigatoriamente o horário de Brasília – DF.

## 3. DA PARTICIPAÇÃO

**3.1** - Para ter acesso ao sistema eletrônico, os interessados deverão dispor de chave de identificação e senha, pessoal e intransferível, obtidas junto ao provedor do sistema, onde também deverão informar-se a respeito do seu funcionamento e regulamento e receber instruções detalhadas para sua correta utilização.

*I – O Município apenas utiliza a plataforma do Portal de Compras Públicas não possuindo autonomia para auxiliar o interessado com relação ao cadastro junto ao sistema e demais dúvidas. Para isso, o interessado deverá entrar em contato diretamente com a equipe técnica do sistema.*

**3.2** - O uso da senha de acesso pelo licitante é de sua responsabilidade exclusiva, incluindo qualquer transação por ele efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema ou ao Município responsabilidade por eventuais danos decorrentes do uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

**3.3** - Como requisito para participação neste Pregão, o licitante deverá declarar, em campo próprio do sistema eletrônico, que está ciente e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos neste Edital.





**3.3.1** - A declaração falsa relativa ao cumprimento dos requisitos de habilitação sujeitará o licitante às sanções previstas neste Edital sem prejuízo às demais cominações legais.

**3.4** - Os representantes de microempresas e empresas de pequeno porte deverão declarar em campo próprio do sistema, quando do envio da proposta inicial, que as respectivas empresas enquadram-se nessa(s) categoria(s).

**3.4.1** - A ausência da declaração, naquele momento, significará a desistência da microempresa ou empresa de pequeno porte de utilizar-se das prerrogativas a elas concedidas pela Lei Complementar nº 123/2006.

**3.5** - Não poderão participar deste Pregão as licitantes:

a) suspensas de participar de licitação ou impedidas de contratar com este Município, com fulcro no art. 156, III, da Lei Federal nº 14.133/2021;

b) sob processo de falência, dissolução ou liquidação;

c) declaradas inidôneas para licitar e contratar com a Administração Pública em qualquer esfera de governo, com fulcro no art. 156, IV, da Lei Federal nº 14.133/2021;

d) proibidas de contratar com a Administração Pública, em razão do disposto no art. 72, § 8º, V, da Lei Federal nº 9.605/98;

e) proibidas de contratar com o Poder Público, nos termos do art. 12 da Lei Federal nº 8.429/92;

f) cujos objetos sociais não sejam compatíveis com o objeto deste Pregão.

g) que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.

h) empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si, nos termos do art. 14, V, da Lei 14.133/2021.

i) pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista, nos termos do art. 14, VI, da Lei 14.133/2021.

**3.5.1** - Aplicam-se, no que couber, os demais incisos dispostos no art. 14 da Lei Federal 14.133/2021.

#### **4. DO ENVIO DAS PROPOSTAS**

**4.1** - A partir da publicação/divulgação deste Edital, até a data e o horário previstos no item 2.2, os que desejarem participar poderão encaminhar as propostas e documentos de habilitação (ou retirar aquelas já enviadas) para o(s) lote(s) de interesse através do sítio eletrônico informado neste Instrumento.

**4.2** - O encaminhamento da proposta pressupõe o pleno conhecimento e atendimento às exigências de habilitação e das especificações técnicas previstas neste Edital.

**4.3** - A proposta deverá conter **o valor unitário dos itens e o valor total** expresso em moeda corrente nacional (real), onde estejam inclusas todas as despesas, impostos, frete, entrega, carga e descarga na Prefeitura de Arvorezinha, conforme **ANEXO I**.

**4.4** - A licitante deverá apresentar proposta para todos os itens que compõe o lote, que deverão ter o mesmo padrão de cor e acabamento, conforme as orientações da Secretaria Competente, sob pena de desclassificação do lote e /ou da proposta.

**4.5** - A empresa deverá anexar à proposta **Declaração** de que a proposta econômica da empresa compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas, conforme modelo Anexo II. Caso esta declaração não seja apresentada, a empresa restará desclassificada.

**4.6** - Deverão constar na proposta todos os dados da empresa, tais como razão social, CNPJ, endereço completo, número de telefone, WhatsApp e correio eletrônico.

**4.7** - Deverá conter na proposta a **descrição completa do produto ofertado, marca (quando couber) e demais dados técnicos**.

**4.8** - O upload da proposta no site do Portal de Compras Públicas será de total responsabilidade do licitante, o qual deverá se certificar de que a proposta anexada seja visível e legível em sua integridade, em folha de





tamanho A4, sem a necessidade de qualquer ação da Pregoeira que não seja abrir e imprimir o arquivo, sob pena de desclassificação.

**4.9** - O valor proposto para o lote cotado deverá ser o mesmo informado na proposta anexada ao sistema, sob pena de desclassificação. **É de total responsabilidade do licitante o correto preenchimento do valor junto ao sistema, levando em consideração o critério de julgamento da licitação.** Após a abertura das propostas no horário designado, não é possível alterar valores lançados de forma incorreta no sistema.

**4.10** – Os preços propostos serão considerados completos e suficientes para a aquisição do objeto desta licitação, sendo desconsiderada qualquer reivindicação de pagamento adicional devido a erro ou má interpretação por parte da licitante.

**4.11** – Nos preços propostos serão considerados todos os encargos previdenciários, fiscais (ICMS e outros), comerciais, trabalhistas, tributários, materiais, embalagens, fretes, seguros, tarifas, descarga, transporte, responsabilidade civil e demais despesas incidentes ou que venham a incidir sobre os produtos, objeto desta licitação.

**4.12** – Entende-se por encargos referentes à proposta os tributos (impostos, taxas), contribuições fiscais e para-fiscais, emolumentos, os instituídos por leis sociais, administração, lucros, máquinas e ferramental, transporte de material, de pessoal, estada, hospedagem, alimentação e qualquer despesa, acessória e/ou necessária, não especificada neste edital.

**4.13** – A entrega dos produtos e prestação dos serviços deverão ser agendados com a Secretaria respectiva, que irá acompanhar a entrega e execução através de um servidor ou designar responsável para esta função.

**4.14 - O prazo de execução dos serviços é de até duas horas, a contar da solicitação.**

**I** – No momento da execução dos serviços, será avaliada a adequação técnica, a qualidade do atendimento e as condições dos equipamentos utilizados. Dessa forma, serviços executados de forma inadequada, com falhas técnicas ou que comprometam a segurança dos veículos não serão aceitos. A execução deverá ocorrer nas dependências da empresa contratada ou, quando necessário, no local indicado pela Secretaria requisitante, especialmente nos casos de socorro e atendimento emergencial.

**II** – A empresa contratada será responsável por realizar todos os procedimentos necessários à execução dos serviços, incluindo retirada, transporte, montagem, desmontagem e reinstalação dos pneus, quando for o caso, comprometendo-se integralmente com a integridade dos veículos e componentes, bem como com eventuais danos causados durante a execução dos serviços.

**III** – Todo e qualquer serviço executado em desacordo com as especificações estabelecidas, ou que apresente vícios, falhas ou baixa qualidade (tais como consertos inadequados, desbalanceamento, geometria incorreta, entre outros), será imediatamente comunicado à contratada, que deverá refazer o serviço no prazo máximo de até 2 (dois) dias úteis, ou em prazo inferior nos casos de urgência, sem ônus adicional para a Administração, arcando com todos os custos decorrentes, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas.

**4.15** – Não serão levadas em consideração quaisquer vantagens não previstas neste edital, tampouco as propostas que contiverem apenas o oferecimento de redução sobre a proposta de menor preço global.

**4.16** – A validade da proposta deverá ser de no mínimo 60 (sessenta) dias, caso não constar, será automaticamente considerada como válida para 60 dias.

## **5. DA ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA**

**5.1** - A partir do horário previsto para a abertura das propostas terá início a sessão pública do Pregão Eletrônico, quando a Pregoeira verificará as propostas apresentadas, classificando aquelas que atendam ao Edital e desclassificando aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos.

**5.2** - As propostas classificadas serão ordenadas pelo sistema e a Pregoeira dará início à fase competitiva, oportunidade em que os licitantes poderão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico.

**5.3** - Somente poderão participar da fase competitiva os autores das propostas classificadas.

**5.4** - Cabe ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de qualquer mensagem emitida pelo sistema ou de sua desconexão.

**5.5** - O licitante será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiros sua proposta e lances.





## 6. DA DISPUTA DE LANCES E NEGOCIAÇÃO

6.1 - Aberta etapa competitiva, os representantes dos licitantes deverão estar conectados ao sistema para participar da sessão de lances.

6.2 – O modo de disputa será aberto, hipótese em que os licitantes apresentarão suas propostas por meio de lances públicos e sucessivos, crescentes ou decrescentes, nos termos do art. 56, I, da Lei Federal nº 14.133/2021.

I – O **intervalo mínimo** de diferença de valores entre os **lances será de R\$ 01,00 (um real)** que incidirá tanto em relação aos lances intermediários, quanto em relação do lance que cobrir a melhor oferta.

6.3 - A cada lance ofertado o participante será imediatamente informado de seu recebimento e respectivo horário de seu registro e valor.

6.4 - O licitante poderá oferecer lances sucessivos, observado o horário fixado e somente poderá oferecer lance inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

6.5 - Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado no sistema em primeiro lugar.

6.6 - Durante o transcurso da disputa, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do detentor do lance.

6.7 – Caso o licitante perceba que inseriu valor incorreto no campo específico para lance, deverá, imediatamente, solicitar o cancelamento do último lance através do chat.

I – Não serão aceitas solicitações de desclassificação ao final da sessão.

II – Somente será anulado o último lance ofertado pela empresa, levando-se em consideração a justificativa de erro no momento do lançamento do valor. Não serão anulados lances anteriores a este.

6.8 - No caso de desconexão do sistema do Pregoeiro, no decorrer da etapa de lances, se o sistema eletrônico permanecer acessível aos licitantes, os lances continuarão sendo recebidos, sem prejuízo dos atos realizados.

6.8.1 - Quando a desconexão persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão do Pregão será suspensa e terá reinício somente após comunicação expressa aos licitantes.

6.9 - O modo de disputa será o aberto. A etapa de envio de lances na sessão pública durará 10 minutos, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

6.9.1 - A prorrogação automática da etapa de envio de lances, de que trata o item 6.9, será de 02 minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive quando se tratar de lances intermediários.

6.9.2 - Na hipótese de não haver novos lances na forma estabelecida no subitem 6.9.1, a sessão pública será encerrada automaticamente.

6.9.3 - Encerrada a sessão pública sem prorrogação automática pelo sistema, nos termos do subitem 6.9.1, o Pregoeiro poderá, assessorado pela equipe de apoio, admitir o reinício da etapa de envio de lances, em prol da consecução do melhor preço.

6.10 - Encerrada a etapa de envio de lances, será apurada a ocorrência de empate, nos termos dos artigos 44 e 45 da Lei Complementar nº 123/2006, sendo assegurado, como critério do desempate, preferência de contratação para as beneficiárias que tiverem apresentado a declaração, de que trata o item 3.4 deste Edital.

6.10.1 - Entende-se como empate, para fins da Lei Complementar nº 123/2006, aquelas situações em que as propostas apresentadas pelas beneficiárias sejam iguais ou superiores em até 5% (cinco por cento) à proposta de menor valor.

6.10.2 - Ocorrendo o empate, na forma do subitem anterior, proceder-se-á da seguinte forma:

a) A beneficiária detentora da proposta de menor valor será convocada via sistema para apresentar, no prazo de 5 (cinco) minutos, nova proposta, inferior àquela considerada, até então, de menor preço, situação em que será declarada vencedora do certame.

b) Se a beneficiária, convocada na forma da alínea anterior, não apresentar nova proposta, inferior à de menor preço, será facultada, pela ordem de classificação, às demais microempresas, empresas de pequeno porte ou cooperativas remanescentes, que se enquadrarem na hipótese do item 6.10.1 deste edital, a apresentação de nova proposta, no prazo previsto na alínea “a” deste item.





6.10.3 - O disposto no item 6.10 não se aplica às hipóteses em que a proposta de menor valor inicial tiver sido apresentada por beneficiária da Lei Complementar nº 123/2006.

6.11 - Se não houver licitante que atenda ao item 6.10 e seus subitens, serão observados os critérios do art. 60 da Lei 14.133/2021, nesta ordem:

a) disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

b) avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

c) desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

d) desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

6.11.1 - Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

a) empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

b) empresas brasileiras;

c) empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

d) empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

6.12 - Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, inclusive com a realização do desempate, se for o caso, o Pregoeiro poderá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta.

6.13 - Encerrada a etapa de negociação, será examinada a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao valor de referência da Administração.

6.14 – Todos os licitantes participantes e classificados para o item devem estar cientes que, caso a licitante detentora do menor valor vier a ser desclassificada, o Pregoeiro procederá a renegociação do lote com a próxima classificada, obedecendo a ordem de classificação.

I – O valor partirá do último lance ofertado pela empresa ora classificada.

II – Não será aceita solicitação de desclassificação nesta etapa.

6.15 - Não serão consideradas, para julgamento das propostas, vantagens não previstas no edital.

**6.16 - O critério de julgamento de classificação das empresas será o MENOR VALOR POR LOTE.**

## 7. DO JULGAMENTO E ACEITAÇÃO DA PROPOSTA

7.1 - Concluída a etapa de lances ou a negociação, quando houver, será aberto o prazo de 02 (duas) horas, para a empresa vencedora realizar o upload no sistema da proposta final atualizada (conforme Anexo I) e da Declaração de Integralidade de Custos (modelo anexo II) que também devem ser anexados no campo “Proposta Final”.

7.1.1 - Caso o lance final seja diverso do inicial, o valor unitário deverá ser atualizado na aba “Valor Itens”, durante o prazo disponibilizado.

7.1.2 - A pedido da empresa ou por decisão da Pregoeira, tal prazo poderá ser prorrogado.

7.2 - Será desclassificada a proposta que:

a) não atender a todos os requisitos exigidos no 4º item deste Edital;

b) contiver opções alternativas quando uma delas desatender ao exigido;

c) divergir dos termos deste edital;

d) omitir-se em pontos essenciais, de modo a ensejar dúvidas;

e) contiver vícios insanáveis;

f) apresentar preços inexequíveis ou permanecer acima do orçamento estimado para a contratação,

mesmo após negociação;

g) não tiver sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;





h) opuser-se a qualquer dispositivo legal vigente.

7.3 - Serão desconsideradas, para efeito de julgamento, vantagens não pedidas neste Edital.

7.4 - Em caso de divergência entre valores numerais e valores por extenso, prevalecerão estes últimos, entre unitários e totais, os primeiros.

7.5 - Somente será analisada a conformidade da proposta em relação ao licitante mais bem classificado.

## 8. DA HABILITAÇÃO

8.1 - Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do licitante detentor da proposta classificada em primeiro lugar, o Pregoeiro verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

a) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União ([www.portaldatransparencia.gov.br/ceis](http://www.portaldatransparencia.gov.br/ceis));

b) Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça ([www.cnj.jus.br/improbidade\\_adm/consultar\\_requerido.php](http://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php)).

c) Lista de Inidôneos, mantida pelo Tribunal de Contas da União – TCU (<https://contas.tcu.gov.br/ords/f?p=INABILITADO:CERTIDAO:0:>);

d) Para a consulta de licitantes pessoa jurídica poderá haver a substituição das consultas das alíneas “a”, “b” e “c” acima pela Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do TCU.

8.2 - O licitante deverá anexar ao sistema até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública, os documentos em vigor a seguir relacionados:

### I – Qualificação Jurídica:

a - Registro Comercial, Ato Constitutivo, Estatuto ou Contrato Social e suas alterações, se houver, devidamente, registrado na Junta Comercial, em se tratando de sociedades comerciais, acompanhado, no caso de sociedade por ações, de documento de eleição de seus atuais administradores; inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedade civil, acompanhada de prova da diretoria em exercício; ou decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, em vigor.

a.1 - A licitante poderá apresentar a versão consolidada do documento solicitado acima, devendo vir acompanhado de todas as alterações posteriores, caso houver.

a.2 – Somente serão habilitadas as empresas que apresentarem, além de toda a documentação exigida, ramo pertinente ao objeto desta licitação no seu objeto social (Ato Constitutivo).

b) Documento de identificação do representante legal da empresa (CNH, RG ou qualquer outro documento substituto deste).

### II – Habilitação Fiscal:

a - Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ/MF);

b - Prova de inscrição no **Cadastro de Contribuintes do Estado ou do Município**, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividades;

c – Prova de Regularidade com a **Fazenda Federal**, mediante a apresentação da Certidão de Tributos e Contribuições Federais e Dívida Ativa da União, abrangendo inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei n.º 8.212, de 24 de julho de 1991, em vigor.

d – Prova de Regularidade com a **Fazenda Estadual**, em vigor.

e – Prova de Regularidade com a **Fazenda Municipal**, em vigor, conforme legislação tributária do Município expedidor da empresa que ora se habilita para este certame. As Certidões que não expressarem o prazo de validade deverão ter a data de expedição não superior a 06 (seis) meses.

f - Prova de Regularidade junto ao **Fundo de Garantia por Tempo de Serviço, FGTS**, em vigor, demonstrando a situação regular ao cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei.

### III - Regularidade Trabalhista:





a) Prova de Inexistência de Débitos Inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação da Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - CNDT, conforme determinação da Lei Federal n.º 12.440/2011, em vigor.

#### **IV – Qualificação Econômico-Financeira:**

a – **Certidão Negativa de Falência e Concordata / Recuperação Judicial, em vigor**, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica. As certidões, que não expressarem o prazo de validade, deverão ter a data de expedição não superior a 90 (noventa) dias.

#### **V - Declarações:**

a – Declaração da licitante, de que não pesa contra si, declaração de inidoneidade, (**modelo anexo V**), sob as penalidades cabíveis, a superveniência de fato impeditivo para contratar com o Poder Público, assinada por representante(s) legal(is) da empresa.

b – Declaração da licitante de cumprimento ao artigo 7º, inciso XXXIII, da Constituição Federal, (**modelo anexo VI**), assinada por representante(s) legal(is) da empresa.

c - Declaração da licitante indicando endereços eletrônicos para recebimento de eventuais contatos necessários, inclusive notificações administrativas, imposição de penalidade e outros, Declarando se comprometer com o acompanhamento diário dos endereços eletrônicos, providenciando a confirmação de recebimento, devidamente assinada pelo(s) representante(s) legal(is), conforme modelo do anexo VII.

d - Declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas no Art. 93 da Lei nº 8.213/1991 e em outras normas, conforme modelo anexo VIII. Esta declaração deverá ser adaptada caso a empresa se submeta ao regramento contido no Art. 93 da Lei nº 8.213/1991 ou não, conforme opções constantes no modelo.

e - Declaração da licitante de que não que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, devendo essa proibição constar expressamente do edital de licitação, conforme art. 14, IV da Lei nº 14.133/2021, conforme modelo do anexo IX.

#### **8.5 – Do uso dos benefícios Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006:**

I – As Microempresas, Empresas de Pequeno Porte e Cooperativas que pretendem se utilizar dos benefícios previstos nos arts. 42 ao 45 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, e posteriores alterações, deverão declarar em campo próprio do sistema, quando do envio da proposta inicial, que as respectivas empresas se enquadram nessa(s) categoria(s).

a - A ausência da declaração, naquele momento, significará a desistência da microempresa ou empresa de pequeno porte de utilizar-se das prerrogativas a elas concedidas pela Lei Complementar nº 123/2006.

II – A microempresa e a empresa de pequeno porte, que possuir restrição em qualquer dos documentos de regularidade fiscal, tais como: INSS, FGTS, RECEITA FEDERAL, RECEITA ESTADUAL, RECEITA MUNICIPAL, terá sua habilitação condicionada à apresentação de nova documentação, que comprove a sua regularidade em 05 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá à convocação para a apresentação dos documentos de habilitação, podendo este prazo ser prorrogado uma única vez, por igual período, a critério da Administração, desde que seja requerido pela licitante durante o transcurso do respectivo prazo. A não regularização da documentação, no prazo, implicará na decadência do direito à contratação.

III – A microempresa, a empresa de pequeno porte e a cooperativa, deverá apresentar todos os documentos elencados no Item 8.2 e/ou 8.3 no momento da fase de habilitação, ainda que apresentem alguma restrição. Se não apresentar qualquer um dos documentos fiscais, tais como: INSS, FGTS, RECEITA FEDERAL, RECEITA ESTADUAL, RECEITA MUNICIPAL, mesmo com restrições, a microempresa, a empresa de pequeno porte e a cooperativa, será automaticamente inabilitada.





### **8.6 – Das autenticações e cópias dos Documentos:**

**I** – Os documentos apresentados na forma de cópias reprográficas deverão estar autenticados, exceto os emitidos via internet.

**II** - A autenticação dos documentos feita por servidor municipal somente será realizada **mediante apresentação do documento original**.

**III** - Caso a licitante não autentique os documentos nesta Prefeitura, deverá fazê-lo em cartório, ou poderá apresentar declaração de autenticidade por advogado, sob sua responsabilidade pessoal, conforme permissivo constante no art. 12, IV, da Lei 14.133/21.

**IV** – Não serão feitas cópias de documentos na Prefeitura.

### **8.7 – Da apresentação dos documentos:**

Sob pena de inabilitação, todos os documentos apresentados para habilitação devem:

**a)** Estar em nome da matriz se a licitante for a matriz.

**b)** Estar todos em nome da filial se a licitante for filial, salvo aqueles documentos que são legalmente válidos tanto para matriz como para filial.

**c)** Deverão ser apresentados em nome da matriz e da filial, simultaneamente, se a licitante for a matriz e prestadora dos serviços for a filial.

### **8.8 – Do consórcio:**

Não é permitido Consórcio entre empresas.

### **8.9 – Inabilitação:**

Serão inabilitadas a(s) empresa(s) que não atender(em) a(s) exigência(s) de habilitação contidas neste edital ou as que se oponham a qualquer dispositivo legal vigente.

## **9. ESCLARECIMENTO, IMPUGNAÇÃO E RECURSO**

**9.1** - Quaisquer informações, esclarecimentos e dúvidas decorrentes da interpretação do Edital poderão ser solicitadas por escrito até 3 (três) dias úteis antes da data marcada para o recebimento das propostas na Rua Carlos Scheffer, nº 1020, ou pelo telefone (51) 3772-0300, e ainda através dos e-mails [licitacao@arvorezinha.rs.gov.br](mailto:licitacao@arvorezinha.rs.gov.br) e [licital@arvorezinha.rs.gov.br](mailto:licital@arvorezinha.rs.gov.br)

**9.2** - Até 3 (três) dias úteis antes da data fixada para recebimento das propostas, qualquer pessoa, empresas e outros poderão impugnar o ato convocatório do pregão.

**9.3** - As impugnações ao ato convocatório do pregão serão recebidas até 3 (três) dias úteis antes da data marcada para o recebimento abertura das propostas. As solicitações mencionadas no subitem 9.2, deverão ser encaminhadas por meio eletrônico via internet para os endereços [licitacao@arvorezinha.rs.gov.br](mailto:licitacao@arvorezinha.rs.gov.br) e/ou [licital@arvorezinha.rs.gov.br](mailto:licital@arvorezinha.rs.gov.br)

**9.4** - As impugnações e os pedidos de esclarecimentos apresentados fora de prazo serão recebidos como mero exercício do direito de petição.

**9.5** – Declarado o vencedor, ou proclamado o resultado sem que haja um vencedor, abrir-se-á prazo para qualquer licitante manifestar imediata e motivadamente a intenção de interpor recurso contra ato praticado no certame, podendo qualquer licitante inconformada com o resultado, registrar em ata as razões de interpor recurso. Caso haja recurso, os interessados poderão apresentar as razões do recurso, no prazo de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

**I** – O tempo para manifestação de intenção de recurso será de 02 minutos.

**II** – A manifestação de recurso deve ser feita em campo específico no Portal de Compras Públicas.

**9.6** - O recurso contra decisão do Pregoeiro terá efeito suspensivo.

**9.7** - O acolhimento de recurso importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

**9.8** - O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.





**9.9** - A falta de manifestação imediata e motivada das licitantes ao término da sessão pública importará na decadência do direito de recurso e, conseqüentemente, dar-se-á a adjudicação do objeto da licitação à vencedora.

**9.10** - O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

**9.11** – Os recursos deverão ser **anexados ao sistema, junto ao Portal de Compras Públicas.**

**I** – Não serão conhecidos recursos enviados por e-mail ou entregues de outra forma que não seja junto ao referido sistema.

**II** - Nos recursos e/ou impugnações serão avaliados o cabimento e a adequação, sendo que o mérito será julgado somente se preenchidos os requisitos intrínsecos de admissibilidade, quais sejam, interesse recursal, legitimidade e o pedido juridicamente possível, bem como os requisitos extrínsecos, e a tempestividade (tempo hábil para a interposição do recurso), entre outros.

**9.12** - Decididos os recursos, a autoridade competente fará a homologação e adjudicação do objeto da licitação para a licitante vencedora, que será convocada para assinar o Contrato, quando houver, no prazo estabelecido neste edital contados da devida convocação.

**9.13** - Não serão conhecidas as impugnações e os recursos apresentados fora do prazo legal e/ou subscritos por representante não habilitado legalmente ou não identificado no processo para responder pela proponente.

**I** - Para definição dos prazos, será levado em consideração o horário de expediente da Prefeitura.

**9.14** - Nos recursos e/ou impugnações serão avaliados o cabimento e a adequação, sendo que o mérito será julgado somente se preenchidos os requisitos intrínsecos de admissibilidade, quais sejam, interesse recursal, legitimidade e o pedido juridicamente possível, bem como os requisitos extrínsecos: a regularidade formal (assinatura, juntada de procuração) e a tempestividade (tempo hábil para a interposição do recurso), entre outros.

## **10. DA ADJUDICAÇÃO**

**10.1** – Constatado o atendimento das exigências fixadas no Edital, a licitante que ofertou o menor valor será declarada vencedora.

**10.2** – Em caso de desatendimento às exigências habilitatória, a Pregoeira inabilitará a licitante e examinará as ofertas subsequentes e qualificação das licitantes, na ordem de classificação e, assim sucessivamente, até a apuração de uma que atenda ao edital, sendo a respectiva licitante declarada vencedora, ocasião em que a Pregoeira poderá negociar diretamente com o proponente para que seja obtido preço melhor.

## **11. DA EXECUÇÃO E RECEBIMENTO**

**11.1** – A execução dos serviços deverá ser agendada com a secretaria respectiva, através de telefone, que designará responsável para acompanhar o serviço.

**11.2** - A execução dos serviços, deverá ser realizada em até 2 (duas) horas após a solicitação.

**I** – No momento da execução dos serviços, será avaliada a qualidade técnica dos serviços prestados, não sendo aceitos serviços realizados de forma inadequada, incompleta ou que comprometam a segurança e o desempenho dos veículos, tais como consertos mal executados, montagem incorreta, desbalanceamento ou geometria fora dos padrões.

**II** – A empresa contratada deverá executar os serviços no local designado pelo Município ou em suas próprias dependências, conforme a natureza da demanda, responsabilizando-se integralmente pelo transporte, retirada e devolução dos pneus e/ou veículos, quando necessário, bem como pela guarda e integridade dos bens sob sua responsabilidade, comprometendo-se, ainda, com eventuais danos causados durante a execução dos serviços.

## **12. FORMAS DE PAGAMENTO**

**12.1** – Com a realização dos serviços, o pagamento dos valores, sem qualquer correção, será realizado em até 15 (quinze) dias após o serviço.

**12.2** - O valor a ser pago, corresponderá às quantificações entregues, em cada momento, sendo tal situação comprovada através de termo de recebimento de mercadorias, a ser firmado pelo chefe do setor competente.





**12.3** – Será emitida Nota de Empenho em substituição ao contrato, nos termos do artigo 95 da Lei nº 14.133/21.

**12.4** - Fica a licitante vencedora obrigada à retenção do Imposto de Renda Retido em seus pagamentos conforme IN-RFB nº 1.234/2012 e Decreto Executivo Municipal nº 3106/2022, devendo a mesma emitir os documentos fiscais observadas as disposições da citada Instrução Normativa, observando o correto destaque do valor do Imposto de Renda a ser retido.

### **13 – DISPOSIÇÕES FINAIS**

**13.1** – Somente poderão participar da Licitação, empresas legalmente constituídas e que estejam habilitadas e capacitadas a executar o seu objeto e que satisfaçam, integralmente, a todas as condições do Edital.

**13.2** – A proponente é responsável pela fidelidade e legitimidade das informações prestadas e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação. A falsidade de qualquer documento apresentado ou a inverdade das informações nele contidas implicará a imediata desclassificação da proponente que o tiver apresentado, ou, caso tenha sido a vencedora, o cancelamento do pedido de compra, sem prejuízo das demais sanções cabíveis.

**13.3** – Quaisquer inserções na proposta que visem modificar, extinguir ou criar direitos, sem previsão no edital, serão tidas como inexistentes, aproveitando-se a proposta no que não for conflitante com o instrumento convocatório.

**13.4** – De todas as reuniões lavrar-se-á ata circunstanciada, na qual se mencionará tudo o que ocorrer no ato. A ata será assinada pelo Pregoeiro e sua equipe e pelos representantes legais presentes devidamente credenciados.

**13.5** – Agentes Públicos, assim considerados aqueles do art. 6º, V, da Lei nº 14.133/21, estão impedidos de participar deste certame licitatório, (tanto como membro da diretoria da empresa ou como do quadro de funcionários desta), por determinação do art. 9º, § 1º, da Lei Federal nº 14.133/21, tendo em vista a vedação expressa de contratar com o Município.

**13.6** – É facultado ao Pregoeiro ou à autoridade competente, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução de assunto relacionado ao presente procedimento licitatório, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar da proposta.

**13.7** – A participação na Licitação implica na aceitação integral e irrevogável pelas Licitantes, dos termos, cláusulas, condições e Anexos do Edital, que passarão a integrar a Ata de Registro de Preços como se transcrito, com lastro na legislação referida no preâmbulo da Licitação, bem como na observância das normas técnicas aplicáveis, não sendo aceita, sob qualquer hipótese, alegação de seu desconhecimento em qualquer fase do procedimento licitatório e execução do contrato.

**13.8** – A Administração poderá revogar a licitação por interesse público, devendo anulá-la por ilegalidade, em despacho fundamentado, sem a obrigação de indenizar.

I – O presente processo licitatório poderá ser revogado se, no curso do certame, for verificado que o Termo de Referência contempla valores que não representam o efetivo valor de mercado para o objeto licitado; medida que se efetivará através de prévio e fundamentado despacho, sem que assista direito de indenização aos partícipes do certame.

**13.9** – O documento legal de compromisso entre a licitante e a municipalidade será a “Ata de Registro de Preços” (Anexo X).

**13.10** - Para aquisição do objeto desta licitação os recursos previstos correrão por conta das dotações que se fizerem necessárias às compras.

**13.11** - A existência de preços registrados não obriga a Administração adquirir as mercadorias referentes ao Registro de Preços, sem que caiba direito à indenização de qualquer espécie. Fica facultada a utilização de outros meios, respeitada a legislação pertinente às licitações e ao sistema de Registro de Preços, assegurando-se ao beneficiário do registro preferência em igualdade de condições.

**13.12** - O trâmite do procedimento licitatório estará disponível no site do Município de Arvorezinha (Licitações), e Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) sendo de responsabilidade exclusiva da licitante a obtenção ou consulta dos documentos disponibilizados.

**13.13** – Fazem parte integrante deste Edital:





Anexo I	Formulário para preenchimento da proposta
Anexo II	Modelo Declaração de integralidade de Custos
Anexo III	Modelo de Credenciamento
Anexo IV	Mod. Declaração que se enquadra como microempresa ou empresa de pequeno porte e/ou cooperativa.
Anexo V	Modelo Declaração de Idoneidade
Anexo VI	Modelo de declaração de cumprimento ao artigo 7º, inciso XXXIII da Constituição Federal
Anexo VII	Modelo Declaração Indicando Endereço Eletrônico
Anexo VIII	Modelo Declaração de reserva de Vagas
Anexo IX	Modelo Declaração de Inexistência de Vínculo
Anexo X	Minuta de Ata de Registro de Preços
Anexo XI	Termo de Referência

Arvorezinha, 06 de abril de 2026.

**CLÓVIS PROVENSI ROMAN**  
Prefeito Municipal

Este edital se encontra examinado e aprovado por esta Assessoria Jurídica.

Em \_\_\_\_ / \_\_\_\_ / \_\_\_\_

**Pedro Augusto Mezzomo Preto**

Procurador Jurídico

OAB/RS 139.936





**ANEXO I**  
**FORMULÁRIO PROPOSTA E ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS**

Nome da empresa (Razão Social): \_\_\_\_\_

Endereço: \_\_\_\_\_

Cidade: \_\_\_\_\_ CNPJ: \_\_\_\_\_

Telefone: \_\_\_\_\_ E-mail: \_\_\_\_\_

**ATENÇÃO: PREENCHER OS VALORES NO PORTAL DE COMPRAS PÚBLICAS COM CAUTELA. CONFERIR SE O VALOR ESTÁ CORRETO. VERIFICAR SE O VALOR FINAL CORRESPONDE AO PRETENDIDO.**

**\* APÓS A ABERTURA DAS PROPOSTAS, O SISTEMA NÃO PERMITE AJUSTE DE VALORES.**

LOTE X (preencher conforme participação)						
Item	Qtde. Min.	Qtde. Max.	Un	Descrição	Valor Unit.	Valor Total
XXX	XXX	XX	XX	XXXX	XX	XX

Valor total:

Representante legal:

CPF do representante legal:

Endereço:

Telefone para contato:

\_\_\_\_\_  
Assinatura do representante legal





## ANEXO II

### DECLARAÇÃO DE INTEGRALIDADE DE CUSTOS

A  
PREFEITURA MUNICIPAL DE ARVOREZINHA  
PREGÃO N° xx/2026

A empresa ..... inscrita no CNPJ sob o nº ....., estabelecida na Rua ....., nº ..., Bairro ..., na cidade de ....., por meio de seu representante legal, Sr. ....., brasileiro, (estado civil), inscrito no CPF sob o nº ..., portador da cédula de identidade nº ..., residente e domiciliado na Rua ....., nº ..., Bairro ....., na cidade de ....., DECLARA, sob as penas da lei, que a proposta econômica apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

....., de....., de 2026.

---

Assinatura do representante legal





### ANEXO III

### MODELO DE CREDENCIAMENTO

A  
PREFEITURA MUNICIPAL DE XXXXXXXXXXXXXXX  
PREGÃO N° xx/2026

A empresa ..... inscrita no CNPJ sob o nº ....., estabelecida na Rua ....., nº ..., Bairro ..., na cidade de ....., através do presente, credenciamos o Sr. ....., brasileiro, (estado civil), inscrito no CPF sob o nº ..., portador da cédula de identidade nº ..., residente e domiciliado na Rua ....., nº ..., Bairro ....., na cidade de ....., a participar da licitação instaurada pelo Município de ARVOREZINHA, na modalidade de Pregão, sob o nº xxx/2026, na qualidade de REPRESENTANTE LEGAL, outorgando-lhe plenos poderes para pronunciar-se em nome da empresa, bem como formular propostas, lances e praticar todos os demais atos inerentes ao certame.

....., de....., de 2026.

---

Assinatura do representante legal





#### ANEXO IV

### MODELO DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO COMO MICROEMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE OU COOPERATIVA PARA FRUIÇÃO DOS BENEFÍCIOS DA LEI COMPLEMENTAR Nº123/2006

A empresa ..... inscrita no CNPJ sob o nº....., estabelecida na Rua ....., nº ..., Bairro ..., na cidade de ....., através do seu Representante legal Sr. ...., brasileiro, (estado civil), inscrito no CPF sob o nº ....., RG nº ....., residente e domiciliado na Rua ..., nº ..., Bairro ..., na cidade de ....., DECLARA, para os fins do disposto na Lei Complementar nº. 123/2006, sob as sanções administrativas cabíveis e sob as penas da lei, que esta Empresa, na presente data, enquadra-se como:

( ) - **MICROEMPRESA**, conforme inciso I do artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

( ) - **EMPRESA DE PEQUENO PORTE**, conforme inciso II do artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

( ) - **COOPERATIVA**, conforme disposto nos art. 42 à 45 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006 e art. 34, da Lei nº 11.488, de 15 de junho de 2007.

Declara, ainda, que a empresa está excluída das vedações constantes do parágrafo 4º do artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

---

Assinatura do representante legal da empresa





## ANEXO V

### MODELO DECLARAÇÃO DE IDONEIDADE

A  
PREFEITURA MUNICIPAL DE ARVOREZINHA  
PREGÃO N° xxxx/2026.

A empresa ..... inscrita no CNPJ sob o nº ....., estabelecida na Rua ....., nº ....., Bairro ....., na cidade de ....., através do seu Representante legal Sr. ...., brasileiro, (estado civil), inscrito no CPF sob o nº ....., RG nº ....., residente e domiciliado na Rua ....., nº ....., Bairro ....., na cidade de ....., DECLARA, sob as penas da lei, que não foi declarada inidônea para licitar ou contratar com a Administração Pública.

Por ser expressão de verdade, firmamos o presente.

\_\_\_\_\_, em \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2026.

Assinatura do representante legal





## ANEXO VI

### MODELO CUMPRIMENTO ART. 7º DA CF

A  
PREFEITURA MUNICIPAL DE ARVOREZINHA  
PREGÃO N° xxxxx/2026

### DECLARAÇÃO

A empresa ..... inscrita no CNPJ sob o nº....., estabelecida na Rua ....., nº ..., Bairro ..., na cidade de ....., através do seu Representante legal Sr. ...., brasileiro, (estado civil), inscrito no CPF sob o nº ....., RG nº ....., residente e domiciliado na Rua ..., nº ..., Bairro ....., na cidade de ....., DECLARA para os fins de direito, na qualidade de licitante que em cumprimento ao inciso XXXIII, do artigo 7º. da Constituição Federal de que não possuímos em nosso quadro funcional pessoas menores de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e, de menores de 16 (dezesesseis) anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir dos 14 (quatorze) anos.

Por ser expressão da verdade, firmamos o presente.

\_\_\_\_\_, em \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2026

Assinatura do representante legal





## ANEXO VII DECLARAÇÃO PARA INDICAÇÃO DE ENDEREÇO ELETRÔNICO

A empresa ..... inscrita no CNPJ sob o nº ....., estabelecida na Rua ....., nº ..., Bairro ...., na cidade de ....., através do seu Representante legal Sr. ...., brasileiro, (estado civil), inscrito no CPF sob o nº ....., carteira de identidade nº ....., residente e domiciliado na Rua ..., nº ..., Bairro ....., na cidade de ....., **DECLARA** para os fins de direito, na qualidade de licitante do procedimento licitatório sob a modalidade PREGÃO ELETRÔNICO nº. xxxxx/2026, que indica o seguinte endereço eletrônico: \_\_\_\_\_ para recebimento de eventuais contatos necessários, inclusive notificações administrativas, imposição de penalidade e outros, declarando ainda, que se compromete com o acompanhamento diário do endereço eletrônico, providenciando a confirmação de recebimento, além de informar imediatamente a alteração do endereço indicado.

Por ser expressão da verdade, firmamos o presente.

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2026.

Assinatura do representante legal da empresa





## ANEXO VIII DECLARAÇÃO DE RESERVA DE CARGOS

VERIFICAR SE A EMPRESA SE SUBMETE AO REGRAMENTO CONTIDO NO ART. 93 LEI 8.213/91.  
**EM CASO POSITIVO, UTILIZAR O MODELO 1. EM CASO NEGATIVO, UTILIZAR O MODELO 2.**

### MODELO 1

A empresa ..... inscrita no CNPJ sob o nº ....., estabelecida na Rua ....., nº ....., Bairro ....., na cidade de ....., através do seu Representante legal Sr. ...., brasileiro, (estado civil), inscrito no CPF sob o nº ....., carteira de identidade nº ....., residente e domiciliado na Rua ....., nº ....., Bairro ....., na cidade de ....., **DECLARA** para os fins de direito, na qualidade de licitante do procedimento licitatório sob a modalidade PREGÃO ELETRÔNICO nº xxx/2026, que cumpre as exigências de reserva de cargos prevista no Art. 93 da Lei 8.213/91, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social.

### MODELO 2

A empresa ..... inscrita no CNPJ sob o nº ....., estabelecida na Rua ....., nº ....., Bairro ....., na cidade de ....., através do seu Representante legal Sr. ...., brasileiro, (estado civil), inscrito no CPF sob o nº ....., carteira de identidade nº ....., residente e domiciliado na Rua ....., nº ....., Bairro ....., na cidade de ....., **DECLARA** para os fins de direito, na qualidade de licitante do procedimento licitatório sob a modalidade PREGÃO ELETRÔNICO nº xxxx/2026, que está ciente do regramento constante no Art. 93 da Lei 8.213/91 quanto às exigências de reserva de cargos prevista para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, e que não se enquadra na referida obrigação legal até a presente data.

Por ser expressão da verdade, firmamos o presente.

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2026.

Assinatura do representante legal da empresa





## ANEXO IX DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE VÍNCULO COM ÓRGÃO PÚBLICO

Eu, \_\_\_\_\_, portador do RG nº \_\_\_\_\_, CPF nº \_\_\_\_\_, declaro para os devidos fins esob as penas da Lei, que nenhum dos sócios, diretores, administradores e afins da empresa \_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ nº \_\_\_\_\_, tenha vínculo direta ou indiretamente com a Administração Pública Municipal de Arvorezinha/RS, que impeça de contratar com a os citados no Art. 14, IV da Lei Federal nº 14.133/2021, conforme segue:

“Lei nº 14.133/2021, de 01/04/2021, art. 14, IV.

Art. 14. Não poderão disputar licitação ou participar da execução de contrato, direta ou indiretamente:

...

IV - aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, devendo essa proibição constar expressamente do edital de licitação;”

Declaro estar ciente de que a falsidade nas informações acima implicará nas penalidades cabíveis, previstas no Artigo 299, do Código Penal, tornando nulo e sem efeito o contrato firmado com a Administração Pública, além de me obrigar a restituir aos cofres públicos todo e qualquer valor recebido indevidamente, sem prejuízo da atualização monetária até o dia da efetiva devolução.

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2026

\_\_\_\_\_  
DECLARANTE  
EMPRESA





## ANEXO X MINUTA DA ATA

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº XXXX REFERENTE AO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 11/2026, QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE ARVOREZINHA E ..., NOS TERMOS E CONDIÇÕES A SEGUIR ESTABELECIDAS.**

O **MUNICÍPIO DE ARVOREZINHA**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 87.612.750/0001-00, estabelecida na Rua Carlos Scheffer, nº 1020, neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal Sr. **CLÓVIS PROVENSI ROMAN**, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob o 611.165.480-20, carteira de identidade 5039831119, residente e domiciliado na Rua Encantado, nº 402, Bairro Centro na cidade de Arvorezinha - RS, doravante denominada **ADMINISTRAÇÃO** e a empresa ....., inscrita no CNPJ sob o nº ....., estabelecida na Rua ....., nº ....., Bairro ....., na cidade de ....., neste ato representada pelo Sr. ....., brasileiro, (estado civil), inscrito no CPF sob o nº ....., carteira de identidade nº ....., residente e domiciliado na Rua ....., nº ....., Bairro ....., na cidade de ....., doravante denominada **COMPROMITENTE FORNECEDORA**, resolvem firmar a presente **ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**, de acordo com o resultado do **Pregão Eletrônico n.º 11/2026**, mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

### CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

A presente ATA tem por objeto e finalidade o **Registro de preços para prestação de serviços de manutenção de pneus e socorro veicular para a frota municipal**, nas condições definidas no ato convocatório, seus anexos, propostas de preços e Ata do Pregão nº 11/2026 que integram este instrumento independente de transcrição, pelo prazo de validade do registro.

I - Quantidades máximas possíveis para aquisição e valores:

LOTE XX						
Item	Qtde. Min.	Qtde. Max.	Un	Descrição	Valor Unit.	Valor Total

**II** – Os quantitativos indicados são meramente estimados, não acarretando qualquer obrigação quanto a sua contratação por parte desta municipalidade.

**III** – As quantidades que vierem a ser contratadas serão definidas em “Contrato” ou “Nota de Empenho”.

**IV** – A existência de preços registrados não obriga o Município a firmar contratação, sendo-lhe facultada a utilização de outros meios, assegurando-se ao beneficiário do registro preferência em igualdade de condições.

### CLÁUSULA SEGUNDA – DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

**I** – Caberá à **COMPROMITENTE FORNECEDORA** executar integralmente os serviços de borracharia de sua competência, incluindo conserto de pneus, montagem, desmontagem, balanceamento, geometria e socorro veicular, utilizando equipamentos adequados e mão de obra qualificada, correndo por sua inteira conta e risco todas as despesas necessárias à execução, tais como combustível, manutenção de equipamentos, ferramentas, materiais de consumo, mão de obra, transporte, tributos, seguros e encargos sociais, respondendo integralmente pela qualidade dos serviços prestados, no presente e no futuro. Caberá, ainda, refazer, corrigir ou reparar, sem ônus para o **CONTRATANTE**, qualquer serviço impugnado pela fiscalização.





**II** – Os serviços deverão ser executados no prazo máximo de até 2 (duas) horas, contadas da solicitação da secretaria requisitante, especialmente nos casos de urgência. Nos casos que demandarem maior complexidade, o prazo deverá ser previamente justificado e autorizado pela fiscalização. O atendimento de socorro veicular deverá ocorrer de forma imediata, dentro dos limites territoriais do Município.

**III** – Caso a COMPROMITENTE FORNECEDORA não confirme o recebimento da solicitação de serviço de forma imediata, para fins de contagem de prazo, considerar-se-á como recebida a solicitação no primeiro dia útil seguinte à data do envio.

**IV** – Todo e qualquer serviço executado em desacordo com as especificações estabelecidas, ou que apresente falhas, vícios ou qualidade inferior ao exigido (tais como consertos inadequados, montagem incorreta, desbalanceamento ou geometria fora dos padrões), será imediatamente comunicado à contratada, que ficará obrigada a refazer o serviço no prazo máximo de até 2 (dois) dias úteis, ou em prazo inferior em casos de urgência, sem ônus adicional para o CONTRATANTE, correndo por sua conta e risco todas as despesas decorrentes, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas neste edital.

### **CLÁUSULA TERCEIRA – DOS SERVIÇOS E PAGAMENTO**

I - O acompanhamento e fiscalização dos serviços, objeto desta licitação, será realizada por servidores municipais designados, que farão o recebimento nos termos do artigo 140, I, "a" e "b", da Lei n.º 14.133/21, da seguinte forma:

a) provisoriamente, pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, mediante termo detalhado, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico;

b) definitivamente, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, mediante termo detalhado que comprove o atendimento das exigências contratuais.

II - A fiscalização dos serviços contratados será efetuada por técnicos designados pelo Município, que deverão dispor de amplo acesso às informações e serviços que julgarem necessários.

III - Serviços incompletos, defeituosos ou em desacordo, deverão ser refeitos, imediatamente, não cabendo à licitante vencedora o direito à indenização, ficando sujeita às sanções previstas neste edital.

IV - Quando da verificação, se os serviços não atenderem às especificações solicitadas, serão aplicadas as sanções previstas neste edital.

**V - O pagamento** será efetuado em até 15 dias após o recebimento de cada nota fiscal.

VI - Fica a Compromitente Prestadora dos Serviços obrigada à retenção do Imposto de Renda Retido em seus pagamentos conforme IN-RFB n.º 1.234/2012 e Decreto Executivo Municipal n.º 3.106/2022 devendo a mesma emitir os documentos fiscais observadas as disposições da citada Instrução Normativa, observando o correto destaque do valor do Imposto de Renda a ser retido.

VII - Fica a Compromitente Prestadora dos Serviços, juntamente com a Secretaria responsável, cientes de que todas as notas fiscais, com exceção das emitidas por empresa optante pelo Simples Nacional, deverão ser entregues na contabilidade no mês em que forem emitidas.

VIII - A inadimplência da licitante vencedora com relação aos encargos sociais, trabalhistas, fiscais e comerciais ou indenizações, não transfere ao Município, a responsabilidade por seu pagamento, nem poderá onerar o objeto contratado, de acordo com o artigo 121, § 1.º, da Lei Federal n.º 14.133/21.

IX - Em caso de reclamatória trabalhista contra a licitante vencedora em que o Município seja incluído no polo passivo da demanda, independente da garantia ofertada, será retido, até o final da lide, valores suficientes para garantir eventual indenização.

### **CLÁUSULA QUARTA – DA VIGÊNCIA**

O prazo de vigência desta Ata é de 12 (doze) meses contados desta data, podendo ser prorrogado por até igual período, desde que comprovado o preço vantajoso.

### **CLÁUSULA QUINTA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**





Para aquisição do objeto desta Ata os recursos previstos correrão por conta das dotações que se fizerem necessárias às compras.

## **CLÁUSULA SEXTA - DAS OBRIGAÇÕES DA COMPROMITENTE PRESTADORA DOS SERVIÇOS**

Caberá a Compromitente Prestadora dos Serviços:

**I** - Fornecer toda a mão-de-obra, todos os equipamentos, ferramentas, máquinas, e veículos necessários para a execução dos serviços de sua competência, correndo por sua inteira conta e risco, as despesas com o equipamento, e, também com alimentação, alojamento de toda equipe de trabalho, transporte e encargos sociais decorrentes de contrato de trabalho de seus empregados, indenizações trabalhistas, inclusive as apuradas pela Justiça do Trabalho, bem como do que vier a firmar com terceiros, nos termos da legislação trabalhista, civil, previdenciária ou penal em vigor, bem como indenizações por danos causados ao Município e/ou a terceiros.

**II** - Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução, sem que isso venha a incorrer em ônus para o Município.

**III** - Assumir a responsabilidade de todos os riscos enquanto o serviço não for concluído e recebido pelo Município, através da Equipe de Fiscalização.

**IV** - Obriga-se, durante a vigência do presente Registro de Preços, a manter todas as condições da habilitação e qualificação exigidas no Edital de abertura.

**V** - Indenizar terceiros e o Município, todo e qualquer prejuízo ou dano, decorrentes de dolo ou culpa, durante a execução do contrato, ou após o seu término, em conformidade com o Código Civil Brasileiro.

**VI** - Obriga-se a cumprir fielmente as normas estabelecidas no Edital e esta Ata de Registro de Preços, em compatibilidade com as obrigações assumidas.

**VII** - Responsabilizar-se pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, indenizações trabalhistas, inclusive as apuradas pela Justiça do Trabalho, resultantes da execução do presente contrato.

**VIII** - Responsabiliza-se civil e criminalmente pela execução dos trabalhos, objeto deste contrato, bem como solidez e segurança dos serviços realizados, na forma da Legislação Civil e, por todos e quaisquer acidentes sofridos por empregados e prepostos seus, bem como quaisquer danos causados a terceiros em decorrência de negligência ou imperícia de seus empregados ou prepostos, ou, ainda por fatos ou danos oriundos do equipamento utilizado para prestação do labor avançado.

**IX** - A COMPROMITENTE PRESTADORA DOS SERVIÇOS deverá atender às Normas Regulamentadoras do Ministério do Trabalho e Emprego atinentes às atividades desempenhadas, em especial as de número 04, 05, 06, 07, 09, 12 e 17, incidindo a Contratada, nas penalidades previstas em contrato em caso de descumprimento.

**X** - A COMPROMITENTE FORNECEDORA deverá atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior, estando ciente das infrações previstas no art. 137, II, da Lei n.º 14.133, de 2021, e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados.

**XI** - A COMPROMITENTE FORNECEDORA deverá cumprir, durante todo o período de vigência, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação, art. 116, da Lei n.º 14.133, de 2021.

**XII** - Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei n.º 14.133, de 2021.

**XIII** - Alocar os empregados necessários, com habilitação e conhecimento adequados, ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e





utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;

**XIV** - Orientar e treinar seus empregados sobre os deveres previstos na Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, adotando medidas eficazes para proteção de dados pessoais a que tenha acesso por força da execução deste contrato;

**XV** - Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.

## **CLÁUSULA SÉTIMA - DAS OBRIGAÇÕES DA ADMINISTRAÇÃO**

São obrigações da ADMINISTRAÇÃO:

**I** - Acompanhar, fiscalizar, conferir e avaliar o fornecimento, objeto deste contrato, através de seus fiscais.

**II** - Efetuar os pagamentos, desde que tenha havido o recebimento e a aprovação dos produtos.

**III** - Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução da presente Ata de Registro de Preços, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

**IV** - Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pela COMPROMITENTE FORNECEDORA.

**V** - A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela COMPROMITENTE FORNECEDORA com terceiros, ainda que vinculados à execução da Ata, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da COMPROMITENTE FORNECEDORA, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

## **CLÁUSULA OITAVA - DAS PENALIDADES**

**I** - A ADMINISTRAÇÃO, no uso das prerrogativas que lhe confere o inciso IV, do Art. 104 e 156, incisos I, II, III, IV e §1º ao § 9º da Lei Federal nº 14.133/21, aplicará sanções, se houver descumprimento com o disposto na presente Ata de Registro de Preços e/ou com a proposta apresentada.

**II** - Pelo atraso na prestação dos serviços, além do prazo estipulado, aplicação de multa na razão de 1% (um por cento), por dia de atraso, sobre o valor total da Nota de Empenho, até 5 (cinco) dias consecutivos de atraso. Após esse prazo, poderá, também, ser anulada a Nota de Empenho e aplicada as penas previstas no art. 156, III, da Lei nº 14.133/21, pelo prazo de, no mínimo, 36 (trinta e seis) meses

**III** - Prestação dos serviços em desacordo com o solicitado, não atendimento as impugnações, não correção e/ou reparo, será aplicada de multa na razão de 5% (cinco por cento), sobre o valor total da Nota de Empenho, por dia, que não poderá ultrapassar a 10 (dez) dias consecutivos para a efetiva adequação. Após esse prazo, poderá, também, ser anulada a Nota de Empenho e aplicada às penas previstas no art. 156, III, da Lei nº 14.133/21, pelo prazo de, no mínimo, 36 (trinta e seis) meses

**IV** - Quando da reincidência em imperfeição já notificada pela ADMINISTRAÇÃO, aplicação de multa na razão de 2% (dois por cento), sobre o valor total da Nota de Empenho por reincidência, sendo que a COMPROMITENTE FORNECEDORA terá um prazo de até 10 (dez) dias consecutivos para a efetiva adequação dos serviços. Após 3 (três) reincidências e/ou após o prazo, poderá, também, ser anulada a Nota de Empenho e aplicada às penas previstas no art. 156, III, da Lei nº 14.133/21, pelo prazo de, no mínimo, 36 (trinta e seis) meses.

§ 1º. Com fundamento no artigo 156, § 4º, da Lei n.º 14.133/21, o responsável ficará impedido de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do Município de Arvorezinha pelo prazo máximo de 3 (três) anos, garantida a ampla defesa, sem prejuízo das demais cominações legais e de multa de 0,5% a 30% sobre o valor da contratação, a COMPROMITENTE FORNECEDORA que:

a - dar causa à inexecução parcial da Ata de Registro de Preços que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

b - dar causa à inexecução total da Ata de Registro de Preços;





- c - deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- d - não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- e - não celebrar a Ata de Registro de Preços ou não entregar a documentação exigida para a contratação formalização, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- f - ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

§ 2º. Com fundamento no artigo 156, § 5º, da Lei n.º 14.133/21, o responsável ficará impedido de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos, garantida a ampla defesa, sem prejuízo das demais cominações legais e de multa de 0,5% a 30% sobre o valor da contratação, a COMPROMITENTE FORNECEDORA que: que:

- a - apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução da Ata de Registro de Preços;
- b - fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução;
- c - comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- d - praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- e - praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

§ 3º. Para os fins da Subcondição “c” do § 2º, reputar-se-ão inidôneos atos como os descritos nos artigos 337-F, 337-G, 337-I, 337-J e 337-K do Código Penal.

§ 4º. Na aplicação das penalidades previstas a ADMINISTRAÇÃO considerará, motivadamente, a gravidade da falta, seus efeitos, bem como os antecedentes da COMPROMITENTE FORNECEDORA, podendo deixar de aplicá-las, se admitidas as suas justificativas, nos termos do que dispõe os artigos 156 e 157 da Lei nº. 14.133/21.

§ 5º. As penalidades serão registradas no cadastro da COMPROMITENTE FORNECEDORA, quando for o caso.

§ 6º. A sanção pelas infrações previstas nos incisos VIII e XII do caput do art. 155 Lei 14.133/21 exigirá, como condição de reabilitação do licitante ou COMPROMITENTE FORNECEDORA, a implantação ou aperfeiçoamento de programa de integridade pelo responsável.

§ 7º. Nenhum pagamento será efetuado enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que for imposta ao fornecedor em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.

§ 8º. As multas são independentes e a aplicação de uma não exclui a(s) outra(s).

§ 9º. Será facultada apresentação de defesa prévia na ocorrência de quaisquer das situações previstas, poderá, também, ser anulada a Nota de Empenho e aplicada às penas previstas no art. 156, III, da Lei nº 14.133/21, pelo prazo de, no mínimo, 36 (trinta e seis) meses.

## **CLÁUSULA NONA - DA APLICAÇÃO DAS PENALIDADES**

No caso de incidência de uma das situações previstas neste edital, a licitante será cientificada através do endereço eletrônico (e-mail) por ela informado no seu ato de vinculação ao certame; sendo que os prazos concedidos para manifestação fluirão, independentemente da confirmação de leitura da mensagem, após 24 (vinte e quatro) horas da data de remessa.

Será considerado justificado o inadimplemento, nas seguintes situações:

- a - Acidentes que impliquem retardamento na execução dos serviços, sem culpa da Compromitente Prestadora dos Serviços.
- b - Falta ou culpa do Município.
- c - Caso fortuito ou força maior, conforme previsto no Código Civil Brasileiro.

## **CLÁUSULA DÉCIMA - DA FISCALIZAÇÃO**

Sem que lhe possa ser atribuída responsabilidade de qualquer natureza, fica assegurado ao Município, o direito de fiscalizar o inteiro cumprimento do contrato, obrigando-se a Compromitente fornecedora a facilitar aos fiscais, o acesso a todos os documentos, a fornecer informações e elementos que lhe forem solicitados e a





cumprir as determinações que lhe forem feitas, tudo dentro dos prazos estabelecidos nas respectivas notificações.

**§ 1º - A fiscalização do fornecimento contratado será efetuada pela servidora municipal Juliana Menin Daré, que deverá(ão) dispor de amplo acesso às informações que julgar(em) necessários. E anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do presente contrato, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados. A gestão ocorrerá pela Secretaria Obras, Infraestrutura e Trânsito, através do Secretário Nédio Rogeri Borsatto.**

**§ 2º -** Fornecimentos incompletos, defeituosos ou em desacordo com o solicitado, deverão ser refeitos imediatamente, não cabendo ao Município o direito à indenização, ficando a mesma sujeita às sanções previstas nesta Ata de Registro de Preços.

## **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DO REAJUSTE E DA ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS**

I - O beneficiário do registro de preços, em função da dinâmica do mercado, poderá solicitar o equilíbrio econômico dos preços vigentes através de solicitação formal, desde que acompanhado de documentos que comprovem a procedência do pedido. Até a decisão final da Administração, a qual deverá ser prolatada em até 30 (trinta) dias a contar da entrega completa da documentação comprobatória, o fornecimento do produto quando solicitado pela Administração, deverá ocorrer normalmente, pelo preço registrado em vigor.

II - O Município poderá, na vigência do registro, solicitar a redução dos preços registrados, garantido a prévia defesa do beneficiário do registro, e de conformidade com os parâmetros de pesquisa de mercado realizada ou quando alterações conjunturais provocarem a redução dos preços praticados no mercado nacional e/ou internacional.

III - A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecidas as disposições contidas no art. 124 da Lei n.º 14.133/21.

a) O preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução ou elevação daqueles praticados no mercado.

b)- Quando o preço inicialmente registrado, por motivo superveniente, tornar-se superior ao preço praticado no mercado, o Município:

1. convocará o fornecedor visando a negociação para redução de preços e sua adequação ao praticado pelo mercado;

2. frustrada a negociação e comprovado que o preço registrado é superior ao de mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido; e

3. convocará os demais fornecedores registrados visando igual oportunidade de negociação.

IV - Quando o preço de mercado tornar-se superior aos registrados e o fornecedor, mediante requerimento devidamente comprovado, não puder cumprir o compromisso, o Município poderá:

a) liberar o fornecedor do compromisso assumido, sem aplicação de penalidade, confirmando a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados, e se a comunicação ocorrer antes do pedido de fornecimento; e

b) convocar os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação.

V - Não havendo êxito nas negociações, o Órgão Gerenciador procederá à revogação da Ata de Registro de Preços para o item, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

## **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DO CANCELAMENTO DOS PREÇOS REGISTRADOS**

A Ata de Registro de Preço será cancelada, automaticamente, por decurso do prazo de vigência ou quando não restarem fornecedores registrados e, por iniciativa do Gestor da Ata, quando:

**I -** O fornecedor não formalizar o contrato decorrente do registro de preços e/ou não retirar o instrumento equivalente no prazo estipulado ou descumprir exigências da Ata, sem justificativa aceitável;

**II -** Ocorrer qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial do instrumento de ajuste;

**III -** Os preços registrados apresentarem-se superiores ao do mercado e não houver êxito na negociação;





**IV** - Der causa a rescisão administrativa do ajuste decorrente do registro de preços por motivos elencados no art. 155, I, II e III da Lei 14.133/21;

**V** - Por razão de interesse público, devidamente motivado.

§ 1º. No caso de cancelamento do registro de preço, devidamente justificado nos autos do Processo, terá a **COMPROMITENTE FORNECEDORA** o prazo de 05 (cinco dias) úteis, contados da notificação, para apresentar o contraditório e a ampla defesa.

§ 2º. O cancelamento do registro de preço poderá ensejar a convocação do fornecedor com classificação imediatamente subsequente ou a realização de nova licitação para a aquisição do produto, a critério da **ADMINISTRAÇÃO**.

### **CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA LEI REGRADORA**

A presente contratação reger-se-á pela Lei nº 14.133/21, o edital 13/2026 de Pregão 11/2026 e seus anexos, juntamente com normas de direito público, resolverão os casos omissos.

### **CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA VINCULAÇÃO AO EDITAL**

Esta Ata fica vinculada ao processo licitatório modalidade Pregão nº 11/2026 e seus anexos.

### **CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DO FORO**

As partes elegem o Foro da Comarca de Arvorezinha - RS com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir dúvidas porventura emergentes da presente contratação.

E por estarem assim justos e contratados, assinam o presente instrumento, em 2 (duas) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas ao final subscritas, para que o mesmo produza todos os jurídicos e legais efeitos.

Arvorezinha/RS, ..... de ..... de 2026.

**CLÓVIS PROVENSI ROMAN**  
**Prefeito Municipal**

**COMPROMITENTE FORNECEDORA**



## ANEXO XI TERMO DE REFERÊNCIA

### PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº

Município de Arvorezinha

Secretaria Municipal de Obras, Infraestrutura e Trânsito.

**Descrição do Objeto:** Registro de Preços para prestação de serviços de manutenção de pneus e socorro veicular para a frota municipal.

### 1. DEFINIÇÃO DO OBJETO

O objeto da presente contratação consiste no Registro de Preços para contratação de empresa especializada em serviços de manutenção preventiva e corretiva de pneus, incluindo balanceamento, conserto, montagem, desmontagem, rodízio, geometria veicular e socorro com deslocamento, para a frota municipal de Arvorezinha, conforme especificações e quantitativos estimados.

A contratação visa assegurar a plena operacionalidade de todos os veículos e máquinas que compõem o patrimônio público municipal, garantindo que as atividades das secretarias de Obras, Saúde, Educação e Administração não sofram interrupções por falhas na manutenção de rodagem. Os serviços serão executados sob demanda, conforme a necessidade efetiva das diversas secretarias municipais, observando-se rigorosamente as especificações técnicas, as normas de segurança viária e os quantitativos estimados detalhados na planilha de itens que integra este Termo de Referência.

A solução abrange desde o atendimento em oficina especializada para serviços de precisão, como a geometria e o balanceamento, até o atendimento emergencial em campo (socorro veicular), garantindo agilidade no escoamento da produção agrícola e no transporte de pacientes e alunos, independentemente da localização geográfica do veículo dentro dos limites do município.

### 2. FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

A fundamentação para esta contratação repousa na necessidade imperativa de garantir a plena operacionalidade, a segurança viária e a eficiência econômica na gestão da frota do Município de Arvorezinha. Conforme detalhado no **Estudo Técnico Preliminar (ETP)** e no **Documento de Formalização de Demanda (DFD)**, a ausência de um contrato de manutenção regular e especializada de rodagem tem acarretado prejuízos significativos ao erário e riscos operacionais:

- **Preservação do Patrimônio Público e Economicidade:** A frota municipal, composta por veículos leves, utilitários, ambulâncias, vans, micro-ônibus, ônibus, caminhões e máquinas pesadas, é essencial para a prestação de serviços públicos vitais. A manutenção adequada dos pneus é um requisito indispensável para garantir a segurança operacional, a economicidade e a continuidade desses serviços. Pneus em condições inadequadas comprometem a estabilidade dos veículos, aumentam a distância de frenagem, elevam o consumo de combustível, aceleram o desgaste de componentes mecânicos e ampliam significativamente o risco de acidentes, colocando em risco servidores e a população atendida. Além da manutenção corretiva, a realização de serviços preventivos como rodízio, balanceamento e geometria é crucial para assegurar maior vida útil aos pneus e melhor desempenho da frota, reduzindo custos indiretos e evitando paralisações inesperadas.

- **Maximização da Competitividade e Eficiência Econômica (Parcelamento em 5 Lotes):** A decisão pelo parcelamento do objeto em 5 (cinco) lotes estratégicos, conforme o art. 47 da Lei nº 14.133/2021, fundamenta-se na busca pela **ampla competitividade** e pela **eficiência econômica**, adequando a licitação à dinâmica do mercado local. Embora a pesquisa de preços tenha demonstrado a existência de fornecedores capazes de ofertar todos os serviços, a segmentação em lotes permite que empresas com diferentes especialidades e portes possam participar do certame, ofertando propostas para os serviços nos quais detêm maior expertise e estrutura. Essa estratégia amplia o universo de licitantes e estimula a competição, resultando em economia de escala para o Município, além de garantir a especialização necessária para a correta execução de cada tipo de serviço.



Ao agrupar os serviços de conserto e socorro por categoria de veículo (Lotes 01, 02 e 03), garante-se a integridade operacional e a responsabilidade única para o atendimento emergencial e corretivo. Em paralelo, a criação de lotes específicos para Balanceamento e Geometria (Lote 04), e Rodízio (Lote 05) visa atrair propostas mais vantajosas de empresas especializadas, que, por terem seu foco nesses nichos, podem oferecer melhores condições técnicas e comerciais. Essa estratégia evita a restrição indevida à participação de licitantes e assegura que o Município possa contratar os melhores serviços disponíveis para cada necessidade específica, otimizando a gestão e a eficiência econômica na manutenção de sua frota.

- **Continuidade dos Serviços Essenciais:** A indisponibilidade de um serviço de socorro especializado com deslocamento para situações de emergência resulta em paralisações prolongadas da frota em vias públicas ou zonas rurais de difícil acesso. Isso prejudica diretamente a continuidade dos serviços públicos essenciais, retardando obras de infraestrutura, o escoamento da produção agrícola e o atendimento de saúde. A contratação sob o regime de Registro de Preços visa mitigar esses riscos operacionais, garantir a segurança dos usuários e otimizar a eficiência econômica na gestão dos ativos patrimoniais do Município, assegurando que cada pneu atinja sua quilometragem máxima projetada pelo fabricante.

- **Eficiência Administrativa (SRP) e Inviabilidade de Execução Direta:** A escolha pelo Sistema de Registro de Preços (SRP) fundamenta-se na natureza do objeto, onde a demanda é flutuante e imprevisível. O SRP permite que o Município tenha preços registrados e fornecedores prontos para o atendimento, sem a obrigatoriedade de contratação imediata ou total, respeitando o princípio da eficiência e a disponibilidade orçamentária real. O ETP demonstrou que a criação de uma borracharia municipal própria exigiria investimentos em maquinário e contratação de pessoal especializado que superariam em muito o custo da terceirização via SRP.

### 3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

A solução adotada compreende a contratação de serviços especializados de borracharia e manutenção de rodagem de forma descentralizada e sob demanda. A contratada deverá fornecer toda a mão de obra, ferramentas e equipamentos necessários para a execução dos seguintes serviços:

**3.1 - Manutenção Preventiva:** Realização de geometria, balanceamento e rodízio técnico para assegurar o alinhamento do veículo e a equalização do desgaste dos pneus.

**3.2 - Manutenção Corretiva:** Consertos de pneus (remendos a frio/quente e vulcanização), montagem e desmontagem, inclusive com aplicação de água em pneus de tratores agrícolas quando necessário.

**3.3 - Atendimento Emergencial (Socorro):** Prestação de socorro com deslocamento (KM rodado) para retirada e reparo de pneus no local onde o veículo se encontra, abrangendo todo o limite territorial do município.

A gestão da solução será realizada via Ordem de Serviço (OS) ou nota de empenho, permitindo que cada secretaria solicitante controle suas demandas e fiscalize a execução, garantindo agilidade e transparência no processo.

### 4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Para assegurar a adequada execução dos serviços e garantir a segurança e a eficiência na manutenção da frota municipal, a futura contratada deverá observar os seguintes requisitos operacionais mínimos:

**4.1 Equipamentos e Ferramentas:** A contratada deverá dispor de equipamentos, ferramentas e infraestrutura compatíveis com a execução dos serviços de manutenção de pneus, balanceamento, geometria, montagem, desmontagem e demais atividades correlatas, assegurando a correta prestação dos serviços e a integridade dos veículos atendidos.

**4.2 Qualidade na Execução dos Serviços:** Os serviços deverão ser executados observando boas práticas técnicas aplicáveis ao setor automotivo, utilizando materiais adequados e procedimentos que garantam a segurança operacional dos veículos e usuários, vedadas práticas que possam comprometer a durabilidade ou a segurança dos pneus.





**4.3 Atendimento Externo e Deslocamento:** Quando necessário, a contratada deverá possuir condições de atendimento externo para prestação de socorro ou assistência técnica, dentro de prazo razoável, conforme a demanda administrativa e a localização do veículo.

**4.4 Responsabilidade e Garantia:** A contratada será responsável pela qualidade dos serviços executados, devendo corrigir eventuais falhas decorrentes da execução inadequada, sem ônus para a Administração, bem como responder por danos eventualmente causados aos veículos durante a prestação dos serviços.

**4.5 Equipe Técnica:** Os serviços deverão ser executados por profissionais com conhecimento compatível com as atividades contratadas, observando os cuidados necessários à segurança operacional dos veículos leves, pesados e máquinas pertencentes à frota municipal.

## 5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

A execução do objeto seguirá o regime de prestação de serviços sob demanda:

**5.1 Solicitação:** A Secretaria interessada emitirá uma Ordem de Serviço detalhando o veículo e o serviço necessário.

**5.2 Atendimento:**

- Para serviços de oficina (geometria/balanceamento), o veículo será deslocado até a sede da contratada.
- Para serviços de socorro, a contratada deverá se deslocar até o local da ocorrência no prazo máximo estabelecido.

**5.3 Execução:** O serviço deve ser concluído com eficiência, utilizando materiais de primeira qualidade (remendos, válvulas, etc.).

**5.4 Recebimento:** O fiscal da secretaria solicitante conferirá a execução e atestará a Ordem de Serviço para fins de faturamento.

## 6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

A gestão e a fiscalização do contrato serão realizadas de forma compartilhada e descentralizada, visando garantir a máxima eficiência administrativa e o controle rigoroso da qualidade dos serviços prestados:

**6.1 Gestor do Contrato (Nédio Rogeri Borsatto):** Atuará na coordenação administrativa geral, sendo responsável pelo controle de saldos da Ata de Registro de Preços, gestão de eventuais aditivos ou prorrogações, e pela comunicação formal com a contratada em casos de descumprimento de cláusulas contratuais. O Gestor deverá consolidar os relatórios de execução das diversas secretarias para fins de controle orçamentário global.

**6.2 Fiscal do Contrato (Juliana Luiza Menin Daré):** Será a responsável técnica direta por monitorar a conformidade da execução do objeto em relação às especificações deste Termo de Referência. Cabe ao Fiscal verificar se os prazos de atendimento (30 minutos para socorro) estão sendo cumpridos e se a qualidade técnica dos reparos atende às normas de segurança. O Fiscal poderá, a qualquer tempo, solicitar a comprovação de calibração dos equipamentos da contratada.

**6.3 Fiscalização Descentralizada (Secretarias Solicitantes):** Considerando a natureza do objeto, cada secretaria que demandar o serviço atuará como fiscal imediato da respectiva Ordem de Serviço. O servidor responsável pelo veículo deverá conferir a conclusão do serviço, testar a estabilidade do veículo (em casos de geometria/balanceamento) e atestar a execução na Nota Fiscal antes de encaminhá-la para o setor de pagamentos.

**6.4 Obrigações da Contratada na Gestão:** A empresa vencedora deverá indicar um preposto, com plenos poderes para representar a empresa junto à Administração Municipal, devendo este estar disponível para sanar dúvidas, resolver conflitos operacionais e providenciar o refazimento de serviços que não atendam aos padrões de qualidade exigidos.

**6.5 Relatórios de Acompanhamento:** A contratada deverá fornecer sempre que solicitado, um relatório consolidado de todos os serviços realizados por secretaria, facilitando o controle patrimonial e o planejamento de manutenções futuras pelo Município.





## 7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

O processo de medição e pagamento seguirá rito rigoroso para assegurar que a Administração pague apenas por serviços efetivamente prestados e com qualidade comprovada:

### 7.1 Critérios de Medição:

**Serviços de Oficina:** A medição será realizada por unidade de serviço concluído (ex: por pneu balanceado, por geometria realizada), conforme os itens registrados na Ata. O ateste de execução será feito após a entrega do veículo e conferência pelo motorista/servidor responsável.

**Serviços de Socorro e Deslocamento:** A medição será baseada na quilometragem (KM) efetivamente percorrida pela oficina móvel da contratada. O deslocamento será contado a partir da sede da empresa até o local do atendimento.

**Montagem e Desmontagem:** Somente serão medidos os serviços de montagem/desmontagem que não façam parte integrante de outro item (como o conserto que já inclui a montagem), evitando-se a duplicidade de cobrança.

### 7.2 Processamento do Pagamento:

**Apresentação da Fatura:** Após o ateste da Ordem de Serviço, a contratada emitirá a Nota Fiscal de Serviços (NFS-e), que deverá discriminar detalhadamente os itens executados e o número da placa e/ou o prefixo de identificação interna do veículo atendido.

**Prazo de Pagamento:** O pagamento será efetuado pelo Município em até 15 dias após a realização dos serviços.

**Condicionantes:** A liberação do pagamento está estritamente condicionada à manutenção, pela contratada, de todas as condições de habilitação exigidas na licitação, devendo apresentar as certidões de regularidade com o FGTS, Tributos Federais (INSS), Estaduais e Municipais, além da Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT).

**Glosa de Pagamento:** A Administração reserva-se o direito de glosar (descontar) valores referentes a serviços executados em desacordo com as especificações técnicas ou que apresentem falhas não corrigidas no prazo legal, sem prejuízo da aplicação de sanções administrativas previstas em lei.

## 8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR/PRESTADOR DE SERVIÇO

A seleção do fornecedor será conduzida sob os princípios da competitividade, transparência e isonomia, observando-se as seguintes diretrizes:

**8.1 Modalidade e Rito:** A contratação será realizada por meio de Pregão Eletrônico, adotando-se o rito definido pela Lei nº 14.133/2021, por se tratar de serviços comuns, cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos pelo edital por meio de especificações usuais de mercado.

**8.2 Critério de Julgamento:** Será adotado o critério de Menor Preço por lote. Esta escolha visa garantir que a Administração obtenha o valor mais vantajoso para cada tipo de serviço específico, aproveitando as especializações de diferentes fornecedores.

**8.3 Estratégia de Parcelamento:** Em conformidade com o ETP, o objeto será parcelado por lotes, estruturados conforme a natureza e as especificidades dos veículos atendidos. Tal medida visa ampliar a competitividade, permitindo que as empresas concorram nos lotes compatíveis com sua capacidade técnica e operacional. Dessa forma, empresas que não possuem estrutura para atender, por exemplo, máquinas pesadas, poderão participar de lotes voltados a veículos leves ou serviços específicos, nos quais podem se mostrar altamente competitivas, promovendo maior eficiência e vantajosidade na contratação.

## 9. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

O valor total estimado para a contratação é de R\$ 694.158,30 (seiscentos e noventa e quatro mil e cento e cinquenta e oito reais e trinta centavos), conforme detalhamento constante no DFD. Ressalta-se que





os quantitativos foram **projetados considerando um período de até 24 meses**, em razão da possibilidade legal de **prorrogação** da Ata de Registro de Preços, motivo pelo qual a estimativa de valor também contempla esse horizonte temporal ampliado, não implicando, contudo, obrigação de contratação integral por parte da Administração.

Os preços foram obtidos por meio de ampla pesquisa de mercado, incluindo cotações diretas com fornecedores, atualização de valores de atas anteriores com base no IPCA e consultas ao sistema Licitacon, garantindo a compatibilidade com os preços praticados regionalmente e em conformidade com as diretrizes do Decreto Municipal nº 3.289/2024.

Seguem os valores unitários médios referenciais:

**LOTE 01: MÁQUINAS PESADAS E TRATORES;**

Item	Descrição	Valor unitário
01	Colocação de água pneus trator agrícola dianteiro	R\$ 75,00
02	Colocação de água pneus trator agrícola traseiro	R\$ 73,33
03	Conserto de pneus trator agrícola dianteiro incluindo montagem e desmontagem	R\$ 143,30
04	Conserto de pneus trator agrícola traseiro, incluindo montagem e desmontagem	R\$ 264,87
05	Conserto de pneus 12.5/80 x 18 incluindo montagem e desmontagem	R\$ 145,33
06	Conserto de pneus 12x16.5 incluindo montagem e desmontagem	R\$ 145,33
07	Conserto de pneus 1400x24 incluindo montagem e desmontagem	R\$ 254,94
08	Conserto de pneus 17.5x25 incluindo montagem e desmontagem	R\$ 257,05
09	Conserto de pneus 19.5x24 incluindo montagem e desmontagem	R\$ 236,90
10	Conserto de pneus 20.5x25 incluindo montagem e desmontagem	R\$ 264,80
11	Montagem e desmontagem de pneu para troca de pneus de máquinas	R\$ 267,48
12	Montagem e desmontagem de pneu para troca de pneus para trator agrícola dianteiro	R\$ 136,69
13	Montagem e desmontagem de pneu para troca de pneus para trator agrícola traseiro	R\$ 258,48
14	SOCORRO E DESLOCAMENTO COM VEICULO PRÓPIO E COMBUSTIVEL POR CONTA DA EMPRESA PARA RETIRAR PNEU NO LOCAL SE ACASO HAVER NECESSIDADE, DENTRO DOS LIMITES TERRITORIAIS DO MUNICIPIO <b>para maquinas pesadas (trator, motoniveladora, pá carregadeira, retroescavadeira e rolo)</b>	R\$ 8,85

**LOTE 02: Veículos De Grande E Médio Porte (caminhões, ônibus, micro-ônibus, vans e ambulâncias);**

Item	Descrição	Valor unitário
01	Conserto de pneus de caminhão incluindo montagem e desmontagem	R\$ 83,57
02	Conserto de pneus para micro ônibus incluindo montagem e desmontagem	R\$ 90,88
03	Conserto de pneus para ambulâncias e vans incluindo montagem e desmontagem	R\$ 68,99





04	Conserto de pneus para ônibus incluindo montagem e desmontagem	R\$ 96,61
05	Montagem e desmontagem de pneu para troca de pneus de caminhões pesados	R\$ 70,57
06	Montagem e desmontagem de pneu para troca de pneus para ambulâncias e vans	R\$ 52,68
07	Montagem e desmontagem de pneu para troca de pneus para micro ônibus	R\$ 74,59
08	Montagem e desmontagem de pneu para troca de pneus para ônibus	R\$ 72,97
09	SOCORRO E DESLOCAMENTO COM VEICULO PRÓPIO E COMBUSTIVEL POR CONTA DA EMPRESA PARA RETIRAR PNEU NO LOCAL SE ACASO HAVER NECESSIDADE, DENTRO DOS LIMITES TERRITORIAIS DO MUNICIPIO para <b>caminhões, onibus, micro-onibus e vans.</b>	R\$ 8,86

#### **LOTE 03: Veículos Leves E Utilitários;**

<b>Item</b>	<b>Descrição</b>	<b>Valor unitário</b>
01	Conserto de pneus para veículos leves e utilitários incluindo montagem e desmontagem	R\$ 58,33
02	Montagem e desmontagem de pneu para troca de pneus de veículos leves e utilitários	R\$ 51,64
03	SOCORRO E DESLOCAMENTO COM VEICULO PRÓPIO E COMBUSTIVEL POR CONTA DA EMPRESA PARA RETIRAR PNEU NO LOCAL SE ACASO HAVER NECESSIDADE, DENTRO DOS LIMITES TERRITORIAIS DO MUNICIPIO para <b>veículos de pequeno porte, carros de passeio.</b>	R\$ 9,70

#### **Lote 04: Balanceamento e geometria;**

<b>Item</b>	<b>Descrição</b>	<b>Valor unitário</b>
01	Balanceamento de pneus de caminhão (por pneu)	R\$ 73,85
02	Balanceamento de pneus de ônibus (por pneu)	R\$ 69,10
03	Balanceamento de pneus de Vans, micro-ônibus e ambulância (por pneu)	R\$ 52,93
04	Balanceamento de veículos leves e utilitários (por pneu)	R\$ 42,34
05	Geometria de veículos leves	R\$ 81,27

#### **Lote 05: Rodízio;**

<b>Item</b>	<b>Descrição</b>	<b>Valor unitário</b>
01	Rodizio pneus para ambulâncias e vans	R\$ 48,22
02	Rodizio pneus para caminhões	R\$ 49,54





03	Rodizio pneus para micro-ônibus	R\$ 46,41
04	Rodizio pneus para ônibus	R\$ 49,79
05	Rodizio pneus para veículos leves e utilitários	R\$ 38,20

## 10. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas decorrentes das contratações advindas da Ata de Registro de Preços objeto deste Termo de Referência correrão por conta das dotações orçamentárias específicas de cada Secretaria Municipal solicitante, vigentes no momento da efetiva contratação.

É fundamental ressaltar que a assinatura da Ata de Registro de Preços não gera para o Município a obrigação de contratar. O empenho das despesas será realizado de forma fracionada e descentralizada, condicionado à real necessidade de cada secretaria e à existência de dotação orçamentária específica no momento da emissão da Ordem de Serviço.

A utilização do SRP permite um planejamento orçamentário mais robusto, pois o Município conhece previamente os preços unitários e pode provisionar os recursos de acordo com o histórico de consumo, evitando surpresas financeiras e garantindo que os serviços essenciais (Saúde e Educação) tenham prioridade na alocação de cotas da Ata.

Arvorezinha, 20 de março de 2026.

---

**Nédio Rogeri Borsatto**  
Secretário de Obras, Infraestrutura e Trânsito

